

Indigenistas querem evitar revogação de demarcações

Grupos receiam que Temer volte atrás em homologações de terras indígenas

Lela Beltrão/Fothapress

Neste ano, governo Dilma concentrou regularizações após impeachment ser votado na Câmara

CAROLINA LINHARES
THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

O afastamento de Dilma Rousseff da Presidência levou comunidades indígenas e entidades indigenistas a traçarem estratégias para evitar que o presidente interino Michel Temer volte atrás em demarcação de terras.

Há receio de que 15 locais homologados nos dois meses anteriores ao afastamento de Dilma sejam revogados.

Em entrevista à **Folha** logo que assumiu o cargo de ministro da Justiça, Alexandre de Moraes disse que vai examinar todas as decisões tomadas neste ano, sem descartar as que envolvem terras indígenas —o ministério publica as portarias declaratórias, etapa importante no reconhecimento de terras indígenas.

Em resposta a novo questionamento, a pasta informou que vai se reunir com a Funai na próxima semana “para tomar pleno conhecimento das demandas” indígenas.

Com as esquivas do ministro, setores indigenistas manifestam preocupação.

“A possibilidade de revogação seria pela existência de vício ou erro técnico, o que não cremos ser o caso —vide



Garota brinca com cão na comunidade Tenondé Porã, no extremo sul da capital paulista

o tempo e maturação que esses processos tiveram”, diz Cleber Buzzato, do Conselho Indigenista Missionário.

Em 12 de maio, quando Dilma foi afastada, o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa, ex-senador pelo PT, criticou o novo governo.

“O governo Temer vem do Congresso que propôs a PEC 215 [que transfere a parlamentares decisões sobre demarcação de terras] e instalou a CPI da Funai e do Incri. É preciso se manter atento”, afirmou, em reunião do órgão.

O Instituto Socioambiental enviou ao presidente interino carta em que prega a inconstitucionalidade de desfazer

demarcações e pede que ele não atenda à bancada ruralista da Câmara —texto divulgado por deputados coloca como prioritária a “revisão de recentes demarcações de áreas indígenas e quilombolas”.

“Ainda não houve resposta definitiva de que [o governo] vai revogar algo, mas, pelo andar da carruagem, tememos que isso aconteça”, diz Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Neste ano, o governo Dilma só avançou na regularização de terras a partir de abril —a maioria se deu após a votação do impeachment na Câmara.

Em abril e maio, foram declaradas 12 terras indígenas

—entre elas a Tenondé Porã, que abriga 2.000 índios guaranis no extremo sul de São Paulo e lutava pela demarcação havia pelo menos 30 anos.

A quantidade é similar à soma de todos os anos anteriores do mandato presidente afastada: de 2011 a 2015, foram 13 portarias declaratórias do Ministério da Justiça.

“O governo Dilma praticamente paralisou os procedimentos de demarcação das terras”, afirma Buzzato.

Márcio Meira, que presidiu a Funai de 2007 a 2012, defende a gestão: “Política indigenista se dá também com medidas de desintrusão de áreas invadidas, apoio à educação.”